

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.909 - SP (2018/0304124-7)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : R G G
ADVOGADO : MARCOS VINICIUS COLTRI - SP208259
AGRAVADO : K C C S
ADVOGADO : AMARANTA MARQUES SARTI - SP309420

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por R G G contra decisão que inadmitiu o recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 393, e-STJ):

INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ERRO MÉDICO - REALIZAÇÃO DE CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA DIVERSA DA CONTRATADA. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO AO PACIENTE E DE DELE OBTER O RESPECTIVO CONSENTIMENTO - OBRIGAÇÃO PREVISTA NO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA (ARTS. 22 E 31) - ATO ILÍCITO CARACTERIZADO - DEVER DE INDENIZAR PRECEDENTES - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA. RECURSO DA AUTORA PROVIDO .

Nas razões do recurso especial (fls. 418-427, e-STJ), a recorrente apontou, além da existência de dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos: artigo 373, § 1º, do CPC e artigo 6º, VIII, do CDC.

Sustentou, em síntese que: *"a inversão do ônus da prova se deu no momento do julgamento, sem ser disponibilizado ao Recorrente a oportunidade de produzir a prova necessária a respeito da inversão determinada."* (e-STJ, fl. 422).

Contrarrazões apresentadas. (e-STJ, fls. 441-453)

O Tribunal de origem inadmitiu o processamento do apelo nobre ao considerar que não foi demonstrada a violação aos dispositivos apontados, que as razões do recurso se ativeram a uma perspectiva de reexame do conjunto fático-probatório dos autos, bem como não ter sido realizado o devido cotejo

analítico de modo a ser comprovado o dissídio jurisprudencial.

Nas razões do agravo em recurso especial (fls. 458-468, e-STJ), a agravante buscou a reforma da decisão impugnada, lançando argumentação no sentido de superar os impedimentos acima indicados.

Contraminuta às (fls. 471-480, e-STJ)

É o relatório.

Passo a decidir.

Depreende-se dos autos a adequada impugnação dos fundamentos da decisão agravada pela parte agravante, de modo a permitir o conhecimento do agravo em recurso especial.

As razões recursais trazem questões relevantes que exigem uma análise mais detida em sede de recurso especial.

Ante o exposto, para um exame mais aprofundado da matéria suscitada, dou provimento ao agravo para determinar a autuação do agravo como recurso especial, nos termos do art. 34, XVI, do RISTJ.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator